



**O CONJUNTO DAS EXCLUSÕES:
Intersecções entre vivência(s) trans* e ambiente escolar na cidade de
Natal/RN**

Tarcisio Dunga Pinheiro¹

Resumo

Neste artigo, discuto como pessoas trans percorrem um caminho de busca por reconhecimento no cotidiano escolar, alertando para as intempéries que demarcam esse processo. Para isso, utilizo, enquanto experiência empírica, as narrativas de uma jovem transexual em duas escolas cidade de Natal/RN, salientando como os marcadores 'gênero' e 'sexualidade' inferem nessa conjuntura. Tais marcadores possibilitarão entender como um complexo emaranhado de práticas e discursos do/no espaço educacional distanciam pessoas trans da categoria 'cidadania'. Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como sendo qualitativa, com desdobramento etnográfico. A análise dos achados da pesquisa foi possibilitada a partir da análise de conteúdo (Caregnato e Mutti, 2006).

Palavras-chave: Gênero. Transexualidade. Escola. Natal/RN.

**THE SET OF EXCLUSIONS:
Intersections between trans* experience(s) and school environment in the
city of Natal / RN**

Abstract

In this article, I discuss how trans people go through a path of search for recognition in everyday school, alerting to the intemperies that demarcate this process. For that, I use, as empirical experience, the narratives of a young transsexual in two schools of Natal / RN, highlighting how the markers 'gender' and 'sexuality' infer in this conjuncture. Such markers will make it possible to understand how a complex tangle of practices and discourses in the educational space distances trans people from the category 'citizenship'. Methodologically, the research is classified as being qualitative, with ethnographic unfolding. The analysis of the research findings was made possible through content analysis (Caregnato and Mutti, 2006).

Keywords: Gender. Transsexuality. School. Natal, RN.

¹ Doutorando e mestre em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN. E-mail: tarccisio@gmail.com.

Introdução

Neste artigo, discuto como as pessoas trans² percorrem um caminho de busca por reconhecimento no cotidiano escolar, alertando para as intempéries que demarcam esse processo. Para isso, utilizo, enquanto experiência empírica, as narrativas de Jéssica³, uma jovem transexual da cidade de Natal/RN e saliento como os marcadores ‘gênero’ e ‘sexualidade’ inferem nessa conjuntura. Tais marcadores possibilitarão entender como um complexo emaranhado de práticas e discursos do/no espaço educacional distanciam pessoas trans da categoria ‘cidadania’.

Em “Na escola se aprende que a diferença faz diferença”, a socióloga Berenice Bento (2011) já alertava para necessidade de problematização dos hiatos provenientes da(s) maneira(s) de agir das instituições sociais com relação às pessoas que não atendem ao padrão heteronormativo das performances de gênero, sendo o foco analítico da autora a instituição ‘escola’.

Com um posicionamento teórico semelhante ao de Bento (2011), centrar-me-ei nos pressupostos conceituais de ‘cidadania’, ‘reconhecimento’ e ‘humanidade’ com o objetivo de demonstrar como tais noções relacionadas à tríade corpo-gênero-sexualidade proporcionam, na maioria das vezes, um ambiente notadamente insalubre para pessoas que escapam à doxa provenientes dessa tríade, tendo como foco analítico o dia-a-dia escolar.

Delimitando a pesquisa: especificidades e traços metodológicos

A pesquisa que originou este artigo ocorreu entre os anos de 2014 e 2016 na cidade de Natal/RN. Meu primeiro contato com Jéssica, uma jovem de dezoito anos, branca, espírita que se autoidentifica como transexual, aconteceu em meados de 2014 e foi intermediado por uma tia da interlocutora que participava das reuniões periódicas do Núcleo Interdisciplinar Tirésias⁴. Num desses encontros, ela compartilhou a informação que tinha uma sobrinha transexual que fazia acompanhamento⁵ na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. A partir dessa informação, entrei em contato com Jéssica e passamos a nos encontrar semanalmente na universidade e partilhar informações diversas, desde dados burocráticos – agenda do movimento

² O termo “trans”, referindo-se às categorias de gênero, será utilizado neste ensaio para identificar prioritariamente travestis e transexuais. Embora as experiências trans compreendam uma gama de outras identidades de gênero – crossdressers, drag queens, drag kings, transgêneros –, as travestis e as transexuais compreendem o foco analítico principal das indagações aqui incutidas.

³ Por questões éticas, todos os nomes apresentados no decorrer do texto são alterados.

⁴ <http://www.nucleotiresias.ufrn.br/>. Acesso em 27 fevereiro 2017.

⁵ O acompanhamento que Jéssica fazia no departamento de psicologia da UFRN consistia em uma consulta semanal que ocorria às sextas-feiras.

trans da cidade, política de acesso ao serviço de saúde, mobilizações das organizações não governamentais -, até questões mais particulares – relação com a família, relações afetivas, aceitação no ambiente escolar.

Até certo ponto tive receio dessa proximidade atrapalhar metodologicamente o andamento da investigação, mas, após algumas leituras, percebi que esta aproximação trouxe elementos basilares que, se não houvesse a cumplicidade e abertura para múltiplas questões, provavelmente não traria os mesmos resultados. Eva Lakatos e Marina Marconi (2011) tecem algumas reflexões sobre essa relação. Segundo elas,

Na pesquisa qualitativa o objetivo é obter respostas sobre o tema ou problema a investigar. É importante o pesquisador propiciar um ambiente de confiança e também evitar elementos que prejudiquem a conversa (...) A entrevista deve ser um diálogo espontâneo, porém profundo, aberto, cuidadoso, descartando perguntar muito diretas. Deve-se também evitar incomodar o entrevistado com perguntar tendenciosas.

Nas entrevistas podem-se usar diversas ferramentas, a fim de conseguir informações importantes e valer-se de gravações, anotações, fotos, computadores, para registrar os dados (LAKATOS, E.; MARKONI, M., 2011, p.273).

Após um ano de contato e encontros semanais, foram realizadas as entrevistas com a colaboradora. Abordarei mais enfaticamente os trechos que se referem à maneira em que as duas escolas em que Jéssica realizou o ensino médio lidavam com questões que tangiam à sua identidade de gênero. Numa escola, ela cursou o primeiro e o segundo ano do ensino médio. Noutra, cursou o terceiro ano do ensino médio. Ambas as instituições localizam-se na cidade de Natal e, por diversas vezes, conforme demonstrado na pesquisa, abordavam de maneira antagônica a experiência de gênero vivida pela interlocutora.

Metodologicamente, a análise dos achados da pesquisa foi possibilitada a partir da análise qualitativa de conteúdo (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Saliento que a relação de subjetividade entre pesquisador e pesquisada, possibilitou perguntas mais direcionadas às vivências e experiências individuais, denotando a importância dos questionários que derivaram as entrevistas serem semiestruturados.

Cidadania, humanidade e reconhecimento: o não lugar das pessoas trans

A relação entre as vivências de pessoas trans e a categoria cidadania no Brasil sempre pareceram representar um paradoxo com antíteses estrategicamente localizadas. Antônio Vladimir Félix-Silva (2015), num estudo cartográfico realizado na cidade de Natal/RN, atenta para o

‘deslugar’ das pessoas trans, cuja arquitetura estrutural passa por uma sistemática transvaloração⁶ dos valores pré-determinados pelos códigos que dão inteligibilidade aos gêneros, ao passo que reestruturam novos valores a fim de produzirem subjetividade.

Berenice Bento, para aventar o debate em torno do nome social para pessoas trans no Brasil, recorre a quatro marcadores históricos do nosso país – i) leis que antecedem a promulgação da Lei Áurea; ii) o voto feminino e o debate sobre quais mulheres devem/podem votar; iii) a relação capital e trabalho; iv) a inclusão de lésbicas e gays na legislação) para fomentar o arcabouço conceitual denominado pela autora de cidadania precária. Para a teórica, há no Brasil um *modus operandi* que desvelam um processo de conta-gotas referente à conjuntura política que representa os direitos e conquistas à população considerada excluída (Bento, 2014).

Jaqueline Gomes de Jesus (2015) identifica a sistemática forma de desumanização em processos grupais e institucionais aos quais as experiências trans estão inseridas. Para isso, atenta para a maneira como a categoria ‘cidadania’ foi, ao longo do tempo, criando fronteiras estratégicas para deixar à margem os considerados ‘não cidadãos’ e diagnostica como a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais é uma das mais excluídas, sobretudo no que diz respeito a inclusão e produção de políticas públicas.

As contribuições de Félix-Silva (2015), Bento (2014) e Jesus (2015) servem para reiterar que a categoria ‘cidadania’ relacionada às vivências trans possui pouca (quase nenhuma) inteligibilidade se não for pensada de maneira relacional, visto que o pano de fundo que constitui essas experiências é perpassado por algumas categorias de sustentação. No âmbito dessas experiências, não seria possível recorrer a definições precisas e perenes de ‘cidadania’ sem que haja discussões que circundem outras propostas analítico-discursivas, tais como nome social, violência de gênero no cotidiano estudantil.

Acerca deste certame, Jéssica afirma:

Jéssica: Sabe quando você se sente a pessoa mais estranha do mundo? Era assim que eu me sentia na escola que fiz o primeiro e o segundo ano [do ensino médio]. Era uó. Tinha aquele monte de alunos e parecia que lá só existia eu. Porque todo mundo me olhava, me apontava, dava risada. Era como se não tivesse nenhum outro assunto, sabe? Eu me sentia um monstro. [...] Enquanto todo mundo se preocupava em fazer atividade, prova e apresentar seminário, eu me preocupava com minha cara e com meu corpo. Enquanto todo mundo estava preocupado em ser aluno, eu estava preocupada primeiramente em ser gente. E o pior é que nunca me sentia. (Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015)

⁶ Para uma maior apreensão do conceito de ‘transvaloração’ ver: Nietzsche, 2009. V.6, n. 1. p. 124-137, jan./abr. 2017.

A escola em voga situa-se num bairro central da cidade Natal. No período da pesquisa, a instituição funcionava nos turnos matutino e vespertino e era mantida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Eram ofertadas todas as séries do ensino fundamental e médio e a quase totalidade dos alunos – cerca de 1500 (mil e quinhentos) estudantes – eram de classe média baixa e pertencentes aos bairros situados nos arredores da escola. A estrutura física do colégio é uma das melhores entre as escolas públicas do município, mesmo a instituição sendo uma das mais antigas e tradicionais da cidade.

Continuei a entrevista indagando-a sobre o sentido de pertencimento ao ambiente e ao cotidiano escolar.

Pesquisador: Então você não se considerava como sendo ‘gente’ nessa escola?

Jéssica: Impossível, *bicha!* [Respira fundo] Sei lá o que eu achava que eu era. As vezes era como se eu fosse um animal, mas eu pensava que até os animais daquele povo tinham mais respeito do que eu. Você não imagina o quanto era difícil. Sair de casa para ir para escola era um sacrifício porque eu sabia que seria a mesma coisa de sempre: na entrada, o porteiro já me olhava torto; no caminho para a sala de aula, o povo da limpeza me olhava torto; na hora do intervalo, o povo da cantina me olhava torto. [...] Ninguém me olhava como uma pessoa diferente, me olhava como uma pessoa inferior. Para ser sincera, nem uma pessoa eu era para eles. (*Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015*)

Em alguns dos momentos em que Jéssica narrava o cenário do seu cotidiano escolar, era recorrente algumas paradas para respirar fundo ou para refletir. Dentre esses momentos, os mais comuns ocorriam quando a jovem afirmava que sua vida, por muitas vezes, não poderia ser classificada como tal. O marcador ‘gênero’, por mais que não fosse externado periodicamente enquanto eu à entrevistava, pairava como o ponto principal que caracterizava o hiato que separava a abjeção à sua presença em contraponto à presença dos colegas.

A filósofa estadunidense Judith Butler, destaca como alguns enquadramentos atuam na classificação ou não de uma vida como tal. Segundo a autora,

Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebidas como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas e nem perdidas no sentido plenos dessas palavras (BUTLER, 2016, p. 13).

Por ter uma performance de gênero considerada com desviante, Jéssica foi obrigada a conviver com o peso de escapar aos enquadramentos sociais. Butler (2016) reitera que os enquadramentos são derivados das normas de conduta e, por consequência, atuam sobre as esferas culturais, geopolíticas, religiosas, sexuais. As respostas de Jéssica coadunam com as inferências teóricas de Butler, visto que o discurso da estudante fazia menções constantes às suas atribuições enquanto cidadã.

Jéssica: Quando eu estava na escola, muitas vezes eu parava, olhava para o pessoal da minha sala e percebia que todo mundo era diferente. Eu tinha colegas negros, ruivos, pobres, ricos, altos, baixos, homem, mulher, gente de cabelo liso, gente de cabelo crespo e, mesmo assim, era como se eu fosse a única diferente. [...] Teve um dia que era aula de geografia e professora estava falando sobre cidadania e eu tinha tudo que era preciso para ser uma cidadã: votei, estudei, vou trabalhar, mas ninguém percebe isso. [...] É como se o que nasceu embaixo das minhas pernas fosse uma cruz que eu levarei para o resto da minha vida. [...] Tinha dias que eu olhava no espelho e nem eu mesma me reconhecia. *(Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015)*

Acerca da noção de reconhecimento, Butler recorre às proposições filosóficas de Hegel em 'Fenomenologia do espírito'. Para o filósofo, reconhecimento é uma relação diádica, onde um indivíduo conhece a si próprio através de outro indivíduo, tomando, assim, consciência da própria existência (Hegel, 1992). Em outras palavras, para que haja inteligibilidade na vida de uma pessoa é necessário que esta pessoa reconheça no outro marcas que a classifiquem enquanto humana. Como, portanto, utilizando a experiência de Jéssica como exemplo, uma pessoa trans irá ser reconhecida se, por vezes, sua existência sequer é classificada como humana? Ao pontuar que "Tinha dias que eu me olhava no espelho e nem eu mesma me reconhecia", a estudante reitera a noção de não enquadramento aos ditames normativos da díade gênero/sexualidade. Diariamente, o repúdio e a abjeção à existência e permanência de Jéssica no espaço escolar reiteravam a ideia que as atividades, as provas, os seminários e, até mesmo, as trocas simbólicas corriqueiras entre alunos e alunas no intervalo das aulas eram realidades distantes da sua subversão à normatividade.

No que tange à ideia de trocas e interações relacionadas à percepção de reconhecimento Butler salienta:

Embora a teoria social do reconhecimento insista no papel das normas quando se trata de construir a inteligibilidade do sujeito, nós entramos em contato com elas principalmente por meio de trocas imediatas e vitais, nos modos pelos quais nos interpelam e no pedem para responder à pergunta sobre quem somos e qual deveria ser nossa relação com os outros. (BUTLER, 2015, p. 44)

Bento, seguindo a esteira analítica de Butler, tece alguns comentários que dizem respeito à maneira em que o gênero, enquanto marcador social da diferença, assume o poder de classificar ou não um indivíduo na categoria 'humanidade'. Logo, segundo a socióloga, algumas tecnologias que derivam o gênero são originárias de um sistema discursivo que antecede, inclusive, o nascimento de uma pessoa. Segundo ela,

Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo. A interpelação "é um/a menino/a" não apenas cria expectativas e gera suposições sobre o futuro daquele corpo que ganha visibilidade através dessa tecnologia, seus efeitos são protéticos: faz corpos. O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais.

As interpelações do/a médico/a fazem parte de um projeto mais amplo que não antecede ao gênero, mas o produz. A suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria “humanidade”. (BENTO, 2011, p. 550-551)

Os argumentos teóricos de Bento coadunam com as narrativas de Jéssica quando ambas pactuam da afirmativa que o gênero denota um marcador basilar para categorias como ‘humanidade’, ‘cidadania’ e ‘reconhecimento’. A ponderação “É como se o que nasceu embaixo das minhas pernas fosse uma cruz que eu levarei para o resto da minha vida”, de Jéssica, parece ser um complemento à sentença “A suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria “humanidade”, de Bento. Duas vozes que formam uma polifonia que atribui ao gênero a prerrogativa de sentenciar uma vida vivível os não àqueles e àquelas que obedecerem ou deixam de obedecer às doxas normativas nele inscritas.

Família e escola: intercâmbio(s) de exclusões

São recorrentes alguns argumentos do dia-a-dia que buscam postular assertivas que nos induzem a afirmar o que acontece no ambiente escolar é uma consequência direta do que ocorre no ambiente familiar. Mais do que isso, somos levados a concordar que um/uma bom/boa estudante é, por lógica, um/uma bom/boa filha. É preciso salientar, entretanto, que existem casos que borram este cenário tido como tácito. Afirmando isso sustentado pelas histórias compartilhadas por Jéssica, visto que, conforme aponta a jovem, nem o reconhecimento enquanto filha foi simples de alcançar. É comum, aliás, nos relatos de travestis e mulheres transexuais, a menção à fase de transição da infância para a juventude – período em que geralmente inicia o processo de mudanças corporais – como sendo uma das mais conturbadas de suas vidas e de suas famílias. Jéssica, por exemplo, ilustra essa afirmação ao fazer referência à reação de sua mãe.

Jéssica: Desde os 14 anos eu sabia que era uma mulher transexual, só que eu não tinha coragem de tomar hormônio por causa da sociedade, sabia do preconceito que tinha e da exclusão social, porque a maioria faz programa e tal e eu tinha muito medo de parar de estudar e esse monte de coisa. Aí, ano passado, eu comecei a tomar hormônio e não tinha falado para ninguém. Aí, eu sei que meu bico do peito começou a crescer [risos]. Aí o povo começou a perceber e eu dizia: “É o frio, é o frio.” [risos]. [...] Aí, eu resolvi falar para minha mãe. Disse: “Mãe, cada pessoa é diferente...”. Resultado: não consegui falar nada, mainha que falou: “Você quer mudar de sexo?” Aí, eu fiquei assim, meio apreensiva, aí falei: “Mainha, não é bem assim não.” [...] Eu sei que ela falou que não iria me ajudar. [...] Foi a primeira vez que eu senti que eu não era uma cidadã normal. Foi a primeira vez que eu vi que ter cidadania para mim seria diferente do que para os outros. (*Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015*)

Autoras/es que declinam suas atenções às experiências de travestis e mulheres transexuais (ANDRADE, 2012; CARDOSO, 2009; DUQUE, 2009; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009) atentam para como essa fase de transição desencadeia uma série de autoquestionamentos para essa população. Diferente de outros jovens que, nessa fase da vida, preocupam-se em qual roupa vestir, no primeiro relacionamento afetivo, qual curso prestar vestibular e qual carreira seguir, nas experiências trans, esse é um momento que acarreta outras preocupações. É nessa fase que, geralmente, uma travesti ou mulher transexual assume para a família sua identidade de gênero e, dependendo da aceitação, são ou não expulsas de casa (BENEDETTI, 2005). Aproveitei o ensejo para questioná-la sobre o assunto.

Pesquisador: E que você fez após a atitude da sua mãe?

Jéssica: Eu fiquei louca! Mesmo depois que ela tomou a atitude eu disse: “Não, *mainha*, eu vou continuar tomando meus hormônios”. Eu sou assim, não vou mudar. [...] Aí, eu peguei e fui falar com minha tia e ela disse que iria me ajudar. Eu faço faxina na casa dela faz dois anos e aí o dinheiro que eu ganho eu compro hormônio.

Pesquisador: E até hoje sua mãe não te apoia?

Jéssica: Hoje em dia, *mainha* já me ajuda. Ela quem aplica meus hormônios. Enfim, foi uma transformação. Porque, na cabeça de *mainha*, ela achava que eu iria parar de estudar, que eu ia me prostituir, como todo mundo acha. Aí, ela foi vendo que não era isso. Por falar nisso, antes eu comprava meus hormônios a vista, no dinheiro, agora, para o dinheiro durar mais [risos], eu compro no cartão e parcelo. O cartão é dela e ela me empresta. Hoje em dia, ela já aplica minhas injeções, já fez uma tabelinha lá para saber quais os dias que eu tenho que tomar, como ela é enfermeira, ela sabe mais. Hoje em dia ela me chama pelo nome social, as vezes troca, se confunde, mas se corrige. [...] Hoje ela até me defende, explica para as pessoas o que é [a transexualidade], enfim, ajuda. (*Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015*)

As colocações da jovem são significativas ao passo que assinalam como o processo de abjeção na escola não é, em si, fato isolado na vida de pessoas trans. Há, na verdade, um conjunto de insultos, isolamentos, xingamentos que vão além do universo escolar. Ao conjunto periódico de insultos e terrorismo provenientes da não adequação às prerrogativas que constroem o esteio do gênero e da sexualidade Bento denominou de ‘heteroterrorismo’ (BENTO, 2011), que, segundo ela, consiste em práticas reiteradas que abjetam os indivíduos que escapam da ordem tida como natural e comum ao gênero e à sexualidade.

Jéssica faz algumas colocações sobre como esta circunstância se delineava na escola onde cursou o primeiro e o segundo ano do ensino médio.

Jéssica: Na escola, era mais ou menos assim: algumas pessoas me ignoravam e fingiam que eu não estava ali. [...] Eles meio que fingiam que eu não existia, sabe?! Às vezes eu achava

até bom, pelo menos eu não sentia tão mal. Mas, tinha o pessoal que fazia questão de rir na minha cara, de fazer de piadinha, de falar para os amigos que eles iriam beijar a macho-e-fêmea. [...] Isso me machucava demais. *Mainha* cansou de me ver chegar em casa chorando.

Pesquisador: Quando isso acontecia, você informava na secretaria ou na direção da escola?

Jéssica: Deus me livre! Para falar a verdade, eu achava até pior. Era bem pior, sabe?! [...] Eu tinha um professor que chegava a rir quando meus colegas faziam gracinha. Só falei com a diretora uma vez, mas ela ficou me olhando com cara de paisagem. Nem chamou os meninos que colocaram apelido em mim. [...] É como se olhar dela quisesse dizer tipo assim: “Você escolheu ser diferente, agora sofra com as consequências. (Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015)

As respostas que eram pontuadas pela jovem transexual servem de subsídio para pontuar que o discurso de que escola é o local mais propício para se discutir diferença e diversidade é, muitas vezes, uma falácia. Um engodo socialmente planejado. Afinal, a estrutura hierárquica educacional que constrói as “verdades” do ambiente escolar em cenário nacional ainda atende a um padrão de marcadores sociais. Sendo assim, a produção de resistência nas microrrelações torna-se um paradoxo com pequenos eufemismos muitas vezes previsíveis.

No debate em torno das micropolíticas e das microrrelações, cabe frisar que cidade de Natal foi sancionada, em 28 de outubro de 2009, a Lei de Nome Social que “Institui a observância do nome social dos transexuais e travestis nos órgãos de Administração Pública Municipal e da iniciativa privada, e dá outras providências.”⁷ Aproveitei a oportunidade para questioná-la sobre a utilização do nome social na escola.

Pesquisador: Fale um pouco da sua experiência de utilização do nome social na escola.

Jessica: Quando eu assumi minha identidade de gênero, eu estudava onde fiz o primeiro e o segundo ano do ensino médio. Aí, eu fui pedir para utilizar o nome social e o banheiro feminino. [...] Eu já estava no processo de transição e um belo dia fui usar o banheiro feminino. A coordenadora me chamou, disse que tinha ligado para o advogado da escola, o advogado disse que eu não poderia utilizar o banheiro feminino porque eu não era mulher, que nos meus documentos estavam meu nome masculino e tal. Passei por um constrangimento e isso porque o pessoal da minha sala e da escola todinha já estava começando a se acostumar com a ideia.

Pesquisador: Então, você não chegou a utilizar em nenhum momento seu nome social na sua antiga escola?

Jessica: Não! Nem na chamada, nem em nada. (Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015)

⁷Informação disponível em:

<http://www.natal.rn.gov.br/anexos/publicacao/legislacao/LeiOrdinaria20091028_5992.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

É válido enfatizar que, além da Lei Municipal, há no Estado do Rio Grande do Norte o Decreto Estadual nº 22.331, de 12 de agosto de 2011 que “Dispõe sobre o direito ao uso de nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Norte”.⁸ Entretanto, o fato de a escola não respeitar a utilização do nome social de Jéssica desvela uma lógica de exclusão que vai além de apenas não chama-la como tal. Há uma mensagem subjacente que impera e atua a tríade corpo-gênero-sexualidade e que postula reiteradamente “arque com as consequências da sua não adequação às normas e aos enquadramentos.” Há, conforme acentuado por Bento, uma recorrente prática de heteroterrorismo.

O outro lado da moeda: respeito e aceitação

Conforme debatido, a escola em que Jéssica cursou o primeiro e o segundo ano do ensino médio não possuía os requisitos mínimos para que sua vivência e experiência de gênero fossem respeitadas. No entanto, na escola em que a jovem estudou e concluiu o terceiro ano do ensino médio as possibilidades de respeito e aceitação constituíram um leque de possibilidades.

Assim como a antiga, a escola em que a jovem cursou o terceiro ano também localiza-se na região central de Natal e também é mantida pelo Governo de Estado do Rio Grande do Norte. Diferente da anterior que funcionava em apenas dois turnos, esta funciona também no turno noturno. Além dos níveis fundamentais e médio, oferta a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA e atende uma média de 1700 (mil e setecentos) estudantes predominantemente de classe média baixa.

O processo de mudança de escola era, segundo a interlocutora, uma demanda urgente e necessária.

Pesquisador: O que fez você mudar de escola?

Jéssica: Tudo. [risos] Eu não suportava mais a mesma ladainha todo dia. Aff! Ninguém aguentaria. Acho até que demorei muito de sair de lá. [...] Era estranho demais para mim, sabe?! Tipo assim. [...] O normal quando tem uma prova é você estudar para fazer né? [...] Todos os meus colegas estudavam e só se preocupavam com isso. Comigo era diferente. Eu tinha que me preparar psicologicamente só para chegar na escola. Ninguém merece fazer uma prova depois que um monte de gente fica rindo da sua cara. Quem se concentra para fazer uma prova de matemática desse jeito? [...] E ainda tinha a pior parte que era saber que nem diretora nem coordenadora dava a mínima para o que estava acontecendo. O povo fazia gracinha e piadinha porque sabia que não aconteceria nada. Ai, conversei com *mainha* e pedi a ela para me mudar de colégio. [...] O melhor de tudo

⁸ Informação disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000064655.PDF>>, acesso em 20 de fevereiro de 2017.

é que o terceiro ano [do ensino médio] é o pré-vestibular. Aí, eu aproveitei e usei isso também para convencer *mainha*.

Pesquisador: E na nova escola, o que aconteceu de diferente?

Jéssica: Para ser sincera, antes de mudar eu pensei: “Se lá no [cita o nome da nova escola] eu continuar sofrendo o que sofro, não vou perder nada, pelo menos eu mudei. Eu tentei né?!” Mas, foi tudo diferente. [...] Eu já estava tão traumatizada que nem sabia o que era ser respeitada. [...] No [cita o nome da nova escola] eu posso usar meu nome [social], usar o banheiro feminino, tem uma psicopedagoga que sempre conversa comigo e sempre chama *mainha* para saber como está meu tratamento hormonal, a diretora é muito gente boa. [...] Enfim, é tudo diferente. Uma vez ou outra tem uma piadinha, mas nada comparado com a [cita o nome da escola antiga]. (Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015)

Houve uma variação significativa na postura e na entonação de Jéssica ao se referir ao novo colégio, contrapondo às intempéries e ao processo sistemático de heteroterrorismo que vivenciava na escola anterior. Enquanto falava sobre os xingamentos e insultos que sofria quando cursava o primeiro e o segundo ano de ensino médio, a narrativa e o compasso das respostas eram mais pausadas, sempre respirava fundo diante das perguntas e havia um friso periódico à ideia de que sua cidadania não era considerada. Mais do que isso, a jovem externou mais de uma vez que chegava a, sequer, se sentir como ‘gente’. A novo cotidiano parecia delinear um polo antagônico e impossível de ser alcançado. Num dado momento, numa das respostas, Jéssica alertou:

Jéssica: O mais estranho é que me respeitar enquanto pessoa parecia que era algo tão difícil para o povo da [cita o nome da escola antiga] que até eu me perguntava se eu merecia ser respeitada, sabe?! [...] Era estranho eu me olhar no espelho e achar que o problema era eu [...] No [cita o nome da atual escola] é tudo muito diferente. Para eles, ser diferente é normal e a diretora sempre me diz isso. Eu sei que para ela também é difícil. Ela disse que, desde que ela estava lá, eu era a primeira trans da escola. Mas pelo menos ela me ouve, me respeita. [...] Meu nome é uma coisa tão simples, sabe?! E eu passei um tempão sofrendo por uma coisa simples. Eu sei que é complicado para a diretora, para a coordenadora, para os professores e para o povo da sala lidar todo santo dia com algo que ninguém estava acostumado. Mas se até para *mainha* foi complicado, imagina para o resto. Hoje é só felicidade, dá até gosto ir para escola, menos em dia de prova de matemática [risos]. (Entrevista realizada em 20 de novembro de 2015)

Conviver e respeitar as diferenças e as diversidades em âmbito escolar, em alguns casos, parecem consistir num conjunto de falácias socialmente estabelecidas. Todavia, atos de resistência como o da interlocutora delineiam tipos claros de artifícios no processo de mudança desse quadro. A prova disso é que a nova realidade de Jéssica distanciou-se consideravelmente das constantes práticas de heteroterrorismo que, para a estudante, era um degrau inalcançável. Ao reiterar que na nova escola sua preocupação debruçava-se somente em estudar para as provas de matemática, ela afirma consciente e inconscientemente que seu direito de respeito enquanto cidadã no universo que

abrange a escola foi posto em prática de forma menos burocrática e mais humana. É preciso, todavia, reiterar que o processo de aceitação e reconhecimento no espaço educacional de pessoas trans no Brasil ainda é uma realidade difícil de ser alcançada. Prova disso são os dados da Associação Nacional de Travesti, Transexuais e Transgêneros –ANTRA que afirmam que 90%⁹ (noventa por cento) da população de travestis e mulheres transexuais brasileiras utilizam a prostituição como principal (quase sempre, a única) forma de sustento, resultado direto do processo de exclusão familiar e evasão escolar.

Considerações finais

Embora a escola seja considerada tacitamente o local de aceitação e reprodução da diferença e da diversidade, as narrativas de Jéssica, sobretudo quando a jovem abordou suas vivências e experiência na escola onde cursou o primeiro e segundo ano do ensino médio, dão indícios que as noções de cidadania, reconhecimento e humanidade ainda são restritas à uma determinada padronização de marcadores sociais da diferença. O que está em jogo, portanto, é um modelo excludente e reprodutor de normatividades.

Consequentemente, há uma potencial necessidade de interrogar como tais ditames normativos criam uma hierarquia de exclusões. O marcador “gênero”, conforme pontuado por Bento (2011), assume papel fundamental nessa configuração pois, antes mesmo do parto, há toda uma engenharia social que pré-determina quais os limites de classificação de uma vida. Assim, a inteligibilidade do gênero é, anterior ao nascimento e a primeira cirurgia que à qual somos submetidos é, principalmente, linguística. Isso porque ao afirmar “É um menino!”, o médico responsável pelos exames corriqueiros que antecederam o parto da jovem estabeleceu todo um sistema simbólico que marcaria seu futuro.

No segundo semestre do ano de 2016, Jéssica iniciou os estudos no ensino superior numa das maiores instituições privadas da cidade de Natal. Psicóloga em formação, nas últimas conversas informais a jovem reiterou que alguns dos dilemas que à angustiavam no ensino médio, particularmente no primeiro e segundo ano, parecem ter gradativamente amenizado. Utilização do nome social e respeito à identidade de gênero no ambiente da faculdade são, segundo a interlocutora, direitos que não dependem de tantos esforços e batalhas diárias como as que ocorriam há alguns anos atrás.

⁹ Dados disponíveis em: <<https://pt-br.facebook.com/antrabrasil/>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.
V.6, n. 1. p. 124-137, jan./abr. 2017.

Existem inúmeros discursos e disputas que operaram e operam para que a atual circunstância da vida de Jéssica chegasse a atual configuração e que alguns dos seus direitos fossem reconhecidos. Jéssica criou/cria estratégias de vivência e convivências, agenciou/agencia táticas de negociação com as normas preestabelecidas, fez/faz do dia-a-dia uma constante batalha por existência. Ao respeitar e tratar como qualquer outra experiência de diversidade e diferença (religião, classe, raça/etnia), o que a escola e os outros setores da sociedade proporcionam é mais do que uma simples aceitação, é, na verdade, uma vivência mais cidadã, humana e, dessa maneira, mais possível de se viver.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS – ANTRA. Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/antrabrasil/>>, acesso em 27 de fevereiro de 2017.

ANDRADE, L. *Travestis Na Escola: Assujeitamento ou Resistência à Ordem Normativa*. 2012 - Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. Na escola que se aprende que a diferença faz a diferença. In: *Revista Estudos Feministas*. UFSC, Santa Catarina v. 19, n. 2/2011, p.549-559, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>>, acesso em 26 de fevereiro de 2017.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 165-182, 2014. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>>, acesso em 27 de fevereiro de 2017.

BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida a passível de luto?* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARDOSO, Fernanda. *Das Dimensões da Coragem: sociabilidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil*. 2009 - Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CAREGNATO, R; MUTTI. Pesquisa qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. *Texto & contexto enfermagem*: UFSC, Santa Catarina, v. 15, n. 4, p.679-684. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>, acesso em 27 de fevereiro de 2017.

DUQUE, T. *Montagens e desmontagens*: vergonha, estigma e desejo na construção de travestilidades na adolescência. 2009 – Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos

FÉLIX-SILVA, A. “Comigo ninguém pode”: subjetividades trans e politização do corpo no limiar da contemporaneidade. In: Berenice Bento & Antônio Vladimir Félix-Silva. (Org.). *Desfazendo gênero*: subjetividade, cidadania, transfeminismo. 1.ed. Natal: EDUFRN, 2015, p. 181-200.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GOVERNADORIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000064655.PDF>>, acesso em 20 de fevereiro de 2017.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992

JESUS, J. Cidadania LGBTTTTI e políticas públicas: identificando processos grupais e institucionais de desumanização. In: Berenice Bento & Antônio Vladimir Félix-Silva. (Org.). *Desfazendo gênero*: subjetividade, cidadania, transfeminismo. 1.ed. Natal: EDUFRN, 2015, p. 341-358.

KULICK, D. *Travesti*: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAKATOS, E.; Marconi, M. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2008.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo*: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN. Disponível em <http://www.natal.rn.gov.br/anexos/publicacao/legislacao/LeiOrdinaria20091028_5992.pdf>, acesso em 20 de fevereiro de 2017.

Recebido em: 28 de fevereiro de 2017

Aprovado em: 08 de abril de 2017

Avaliação cega por pares: mar./abr. de 2017